



É preciso buscar as causas

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Precisamos saber por que a economia brasileira perdeu a capacidade de empregar a massa de mais de 14 milhões

Que mais vemos nas cidades são galpões com a placa de aluga-se. Proliferam depósitos logísticos de produtos importados. Os preços dos bens vão sendo reajustados, enquanto os salários ficam estagnados ou declinam. O dólar exerce grande influência através das contabilidades baseadas nessa moeda.

Está faltando o grande estudo que aponte as causas da regressão econômica do país que permanece inconsistente desde os anos 1980, para que seja possível indicar soluções que promovam a melhora geral.

No pós-lei Áurea, a mão de obra liberada ficou sem ocupação e sem escola, tendo que se alojar em favelas. Getúlio e Lula se aproveitaram do vazio deixado por seus antecessores que deram continuidade ao sistema exportador de commodities. As divisas e ganhos das exportações ficavam, na maior parte, fora do país, com pouca contribuição para a economia interna. Isso, somado à corrupção, resultou em desperdício e grande atraso. Menos mal que estejam entrando dólares de exportação, embora só de commodities.

Mas a questão é o que fazer para reverter a estagnação econômica e o desemprego.

O Congresso trabalha para ajustar a previdência que tende à insolvabilidade e à CLT, que por ter sido mal utilizada, produziu uma indústria de demandas trabalhistas de custo imprevisível. As empresas são formadas para gerar lucros para os quais o capital é indispensável, mas requer a colaboração dos que trabalham produzindo e tocando o empreendimento. A reforma deveria incluir algum dispositivo de participação nos resultados, pois se trata de manter o equilíbrio entre as partes.

Mas como produzir com a indústria desfenestrada, a mão de obra despreparada, a droga avançando, os juros lá em cima,

o câmbio desalinado?

Há muito tempo o país precisa de um projeto sério de desenvolvimento econômico sustentável que gere livre iniciativa, emprego, renda, consumo decente e esperança. Para o economista Luciano Coutinho, a situação atual decorreu da persistência de juros altos e câmbio valorizado, e abundância de produtos de custos menores procedentes da Ásia. Mas não ficou claro por que essa política nefasta encontrou guarida por tão longo período, e mais precisamente, desde os anos 1990.

Não se pode criar indústrias com financiamento barato sem que haja competência gerencial. Assusta o fato de estarmos perdendo terreno nos avanços dos processamentos em várias áreas como na química, eletrônica, mecânica, e com a falta de preparo da mão de obra. No que isso vai dar se não houver um primoroso trabalho de recuperação?

Foram décadas de irresponsabilidade gerencial do país, corrupção de alto a baixo e descrença, como se o Brasil fosse uma planta que não deveria se desenvolver. Agora os frutos amargos estão sobre a mesa. A crise econômica que se evidenciou no século 21 entre livre mercado e capitalismo de Estado vem causando a confusa situação na qual convivem os dois sistemas de produção cuja competição fica comprometida.

Na economia global há desequilíbrios que precisam ser encarados, pois há muitos interesses para manter a situação do jeito que está; porém, em longo prazo, teremos consequências desagradáveis. A vida de 99% dos habitantes do planeta tende a se precarizar. O foco da atividade econômica deveria ser a busca de melhores condições de vida que possibilitem a evolução das pessoas.

(*) - Graduado pela FEA/USP, coordena os sites (www.library.com.br) e (www.vidaeaprendizado.com.br). Autor de: Nola - o manuscrito que abalou o mundo; O segredo de Darwin; 2012...e depois?; Desenvolvimento Humano; O Homem Sábio e os Jovens; e A trajetória do ser humano na Terra - em busca da verdade e da felicidade (bicdutra@library.com.br).

Veto à redistribuição de ISS deve ser votado próxima semana

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pretende colocar em votação, em sessão do Congresso, na próxima semana, o veto do presidente Michel Temer à lei que redistribuiu o Imposto Sobre Serviços (ISS) aos municípios

“A questão do ISS e de outras matérias de interesse dos municípios estarão na pauta do Congresso da próxima semana”, disse Eunício. A derrubada do veto é uma das reivindicações dos prefeitos. Ao vetar a medida, o Planalto impediu a redistribuição aos municípios dos recursos arrecadados em operações de cartões de crédito e débito, de arrendamento mercantil e de serviços de saúde.

“Temos muito interesse na derrubada desse veto. Isso vai representar R\$ 6 bilhões a mais para as prefeituras [por ano] e contamos com sua ajuda”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios



Presidente do Senado, Eunício Oliveira.

(CNM), Paulo Ziulkoski, ao presidente do Senado. Eunício disse que não vai poupar esforços para que seja aprovada ra-

pidamente a medida provisória que parcela os débitos relativos às contribuições previdenciárias dos estados e municípios

com a Fazenda Nacional.

A medida foi assinada pelo presidente Michel Temer durante a abertura da Marcha dos Prefeitos e está publicada na edição de ontem (17) do Diário Oficial da União. AMP prevê que os débitos serão parcelados em 200 meses, com 25% a menos de encargos e multas, além da redução de 80% dos juros. Em relação à reforma trabalhista, Eunício disse que há expectativa de votar o texto no plenário do Senado no mês de junho. A reforma será discutida em três comissões na Casa, antes de seguir para o plenário. “Até meados de junho devemos estar com a matéria aprovada no plenário do Senado”, disse (ABR).

Ampliado prazo da MP do setor cinematográfico

O presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira, estendeu por mais 60 dias a vigência da Medida Provisória 770/2017, que expiraria em 25 de maio. A MP prorroga até 31 de dezembro de 2017 o prazo para utilização do incentivo fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine).

O Recine suspende a cobrança de todos os tributos federais que recaem sobre a aquisição de equipamentos e materiais necessários à construção ou modernização de salas de cinema. Entre 2012 e 2016, 1.036 salas de cinema foram implantadas no país, quase todas com projetos beneficiados pelo programa. Além disso, o governo federal argumenta que a prorrogação não terá impacto orçamentária significativo. O volume da renúncia fiscal previsto para o exercício de 2017 é inferior a R\$ 11 milhões (Ag. Senado).

Embaixador brasileiro reassume posto na Venezuela

O embaixador do Brasil na Venezuela, Ruy Pereira, vai reassumir o posto na embaixada brasileira em Caracas, na próxima segunda-feira (22), segundo o ministro da Defesa Raul Jungmann. “O Brasil tomou a decisão de mandar de volta [o embaixador], em um gesto de boa vontade, porque não pode perder nenhuma possibilidade de ajudar na mediação”, disse o ministro. Apesar das críticas às decisões políticas do governo venezuelano, o Brasil está empenhado em favorecer a interlocução e mediação para resolver os conflitos no país.

A Venezuela vive uma violenta crise política, descontrolada inflação, desemprego e escassez de alimentos e remédios. O conflito se agravou neste ano com enfrentamentos entre manifestantes pró e contra o governo e forças policiais, que já deixaram mortos e feridos. O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, chamou a “classe operária” a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e aprovou um



Embaixador do Brasil na Venezuela, Ruy Pereira.

novo decreto de “estado de exceção e emergência econômica” que restringe as garantias constitucionais em todo o território nacional como uma medida para “preservar a ordem interna”.

“Em que pesem as críticas que o Brasil tem que fazer, por dever de suas convicções e críticas que faz aos direitos humanos e liberdades, temos em mente a necessidade e disposição de mediar o conflito que hoje está instalado na Vene-

zuela e que preocupa a todos”, disse o ministro da Defesa.

O governo brasileiro se preocupa com as medidas de exceção que estão sendo tomadas, com as prisões por ideologia, com a questão humanitária e com as mediações que não avançam. “País nenhum deixa de se preocupar quando o vizinho vive em conflito. A grande preocupação é o que podemos fazer para ajudar”, ressaltou (ABR).

Surdos com isenção de IPI na compra de carro zero

Marcos Oliveira/Ag. Senado



Senador Romário, autor da proposta que garante a isenção do IPI na compra de automóveis às pessoas com deficiência.

Estender a todas as pessoas com deficiência a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis é o objetivo do projeto aprovado ontem (17) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. O autor, senador Romário (PSB-RJ), alega que a norma vigente não abrange as pessoas com deficiência auditiva, por exemplo.

Para corrigir tal distorção, ele propôs a adoção de um conceito mais amplo de pessoa com deficiência, previsto na Lei Brasileira de Inclusão, que remete à avaliação biopsicossocial, superando somente o conceito médico.

Hoje, a lei somente concede a isenção a pessoas com im-

pedimentos de ordem física, visual e mental e a autistas, privando pessoas com outros tipos de deficiência sensorial do direito de usufruir do benefício.

Para Romário, o projeto pode corrigir a “injustiça legal” de não incluir todos os deficientes como beneficiários. Ele lembra que a isenção do IPI é uma forma de contribuir com a mobilidade da pessoa com deficiência, que terá mais facilidade para adquirir um automóvel. A relatoria ficou a cargo do senador Paulo Paim (PT-RS), que concordou com a iniciativa. O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa. Ou seja, sem necessidade de ir a Plenário (Ag. Senado).

TECMETRO TECNOLOGIA EM MEDIÇÕES LTDA. Torna público que solicitou junto à Secretaria de Gestão Ambiental a Licença Simplificada p/ Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle, localizada à Rua Tirreno, nº 70 - Jardim do Mar - Município de SBCAMPO - CEP: 09726-170.

COMPLASER GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP. torna público que requereu na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente a Renovação da Licença de Operação, para Serviços Gráficos para terceiros não especificados, sito à Avenida Lasar Segall, nº 564. Ibirim. São Paulo/SP.

Câmara instaura três processos por quebra de decoro

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara instaurou ontem (17) três processos por quebra de decoro: dois contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) e um em desfavor do deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA). O presidente do conselho, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), afirmou que escolherá os relatores de cada processo até a próxima terça-feira (23).

As duas representações contra Eduardo Bolsonaro foram apresentadas pelo PT. Em uma delas, o partido alega que Bolsonaro teria cuspidor nas costas do deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) na sessão em que foi julgada a admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016. O relator desse processo será escolhido entre os deputados Pompeo de Mattos (PDT-RS), Ronaldo Lessa (PDT-AL) e João Marcelo Souza (PMDB-MA).

Na outra representação, Eduardo Bolsonaro é apontado como responsável pela edição



Presidente do Conselho de Ética da Câmara, Elmar Nascimento.

fraudulenta de vídeo, depois publicado na internet, que teria o objetivo de prejudicar Jean Wyllys. A relatoria ficará com um dos três deputados sorteados: Cacá Leão (PP-BA), João Marcelo Souza (PMDB-MA) ou Cabuçu Borges (PMDB-AP).

O terceiro processo instaurado é baseado em uma representação da Mesa Diretora fundamentada em processo da Corregedoria da

Câmara contra do deputado Delegado Éder Mauro. Éder Mauro teria publicado, em sua página do Facebook, vídeo editado com parte de pronunciamento de Jean Wyllys, descontextualizando a fala do parlamentar do Psol. O relator será escolhido entre os deputados Ronaldo Martins (PRB-CE), Cacá Leão (PP-BA) e Carlos Marun (PMDB-MS) - (Ag. Câmara).

TRE/MG desaprova contas do prefeito Kalil

Belo Horizonte - O TRE/MG manteve sentença de primeira instância pela desaprovação das contas de campanha do prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PHS), na eleição para o cargo, em 2016. A justificativa para a decisão foi que R\$ 2,2 milhões declarados pelo candidato como doação própria à campanha, foram considerados como valor de origem não identificada.

Conforme as informações prestadas pelo então candidato

à Justiça Eleitoral, os recursos são provenientes de doações próprias por meio de venda de imóvel a seus filhos. Em 10 de outubro de 2016, ainda segundo as informações fornecidas pelo candidato, 37,5% de imóvel em Belo Horizonte, foram vendidos a seus três filhos, no valor de R\$ 2.231.250,00.

Na mesma data, os filhos do prefeito venderam outro imóvel, também na capital, por R\$ 5.231.250,00. A entrada, no valor de R\$ 2.231.250,00, foi

transferida para Kalil em 14 de outubro.

Segundo a relatora do processo, juíza Cláudia Coimbra, existem “inconsistências de informações nos instrumentos particulares de compra e venda de imóveis”, quando comparados aos dados constantes do registro imobiliário, “impossibilitando a comprovação da origem dos recursos de R\$2.200.000,00 que foram creditados na conta de campanha do prefeito eleito” (AE).

Comissão vai apurar fatos ligados às operações com JBS

A presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos Marques, constituiu uma Comissão de Apuração Interna (CAI) para avaliar todos os fatos relacionados às operações realizadas pelo Sistema BNDES com a empresa JBS. Em nota divulgada à imprensa, o banco esclareceu que a medida foi motivada pelo “inquérito em andamento na Polícia Federal e o interesse da diretoria e dos empregados do banco na apuração dos atos e fatos relacionados a essas operações”.

Cerca de 37 servidores da instituição foram levados coercitivamente para depor na Polícia Federal na última sexta-feira (12), na Operação Bullish, que investiga irregularidades em aportes de R\$ 8,1 bilhões da BNDESPar - braço do banco voltado para a participação acionária em outras empresas - à JBS, de 2007 a 2011. Entre os problemas citados aparecem a compra, pelo BNDESPar, de ações da empresa frigorífica por valores acima dos de mercado, além da não devolução de recursos que haviam sido liberados pelo banco de fomento para uma aquisição empresarial que não se concretizou.

A ação da PF foi considerada violenta e arbitrária por dirigentes da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES), que manifestaram no mesmo dia solidariedade aos colegas alvo da operação, entre os quais uma mulher grávida de 39 semanas (ABR).